

## CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas  
Procuradoria Geral

Concurso Público • Edital nº 001/2014 – MPTC

<http://mptc.fepese.org.br>



14 de setembro



80 questões



das 14 às 19 h



5 h de duração\*



**Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.**

\* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

### Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

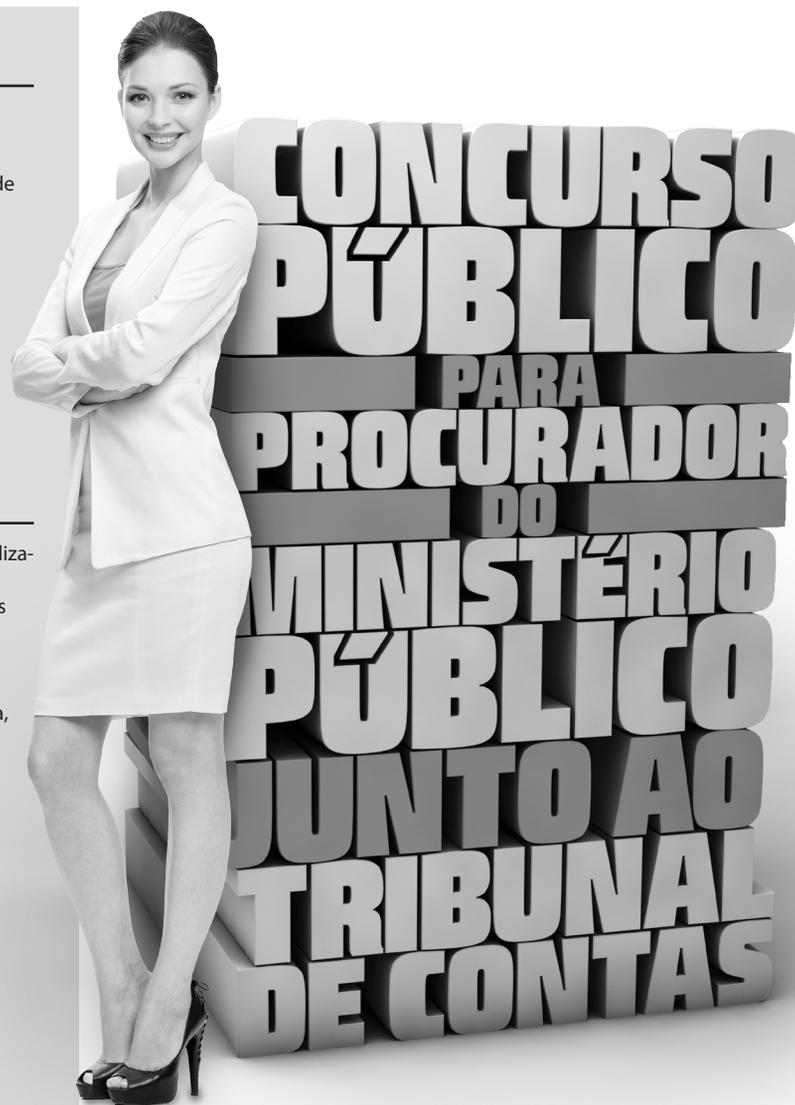
- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

**Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!**

### Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.





# Conhecimentos Gerais

(80 questões)

## Língua Portuguesa

8 questões

### Texto 1

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras.

Pouquíssima atenção tem sido dedicada ao papel privilegiado, no meu entender, da cultura na experiência moderna, e quase não se leva em conta o fato de que a extraordinária extensão mundial do imperialismo europeu clássico, do século XIX e começo do XX, ainda lança sombras consideráveis sobre nossa própria época. Em nossos dias, não existe praticamente nenhum norte-americano, africano, europeu, latino-americano, indiano, caribenho ou australiano – a lista é bem grande – que não tenha sido afetado pelos impérios do passado. [...] Esse tipo de domínio ou possessão lançou as bases para o que, agora, é de fato um mundo inteiramente global. As comunicações eletrônicas, o alcance mundial do comércio, da disponibilidade dos recursos, das viagens, das informações sobre padrões climáticos e as mudanças ecológicas unificaram até mesmo os locais mais remotos do mundo. Esse conjunto de padrões foi, a meu ver, possibilitado pelo imperialismo.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33-36. [Adaptado]

1. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), conforme o texto 1.

- ( ) Trata-se de um texto predominantemente narrativo, o que se evidencia pelo uso de tempos verbais passados e pela espacialização do enredo.
- ( ) O texto traz elementos predominantemente argumentativos, com posicionamentos explícitos do autor em relação ao tema.
- ( ) Trata-se de um texto descritivo, neutro e relativista, em que predominam exemplos factuais e culturalmente contextualizados.
- ( ) O texto é anacrônico e generalista, não podendo ser tomado como referência explicativa para a conjuntura moderna.
- ( ) O uso de adjetivos como “pouquíssima”, “privilegiado”, “extraordinária” e “consideráveis” (segundo parágrafo) revela uma atitude avaliativa do autor.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ( ) V•V•V•F•F
- b. ( ) V•F•F•V•V
- c. ( ) V•F•F•F•V
- d. ( ) F•V•V•V•F
- e. (X) F•V•F•F•V

2. Considere as afirmativas abaixo, em conformidade com o texto 1.

1. Para o autor, a história imperialista ajuda a compreender paradigmas globais contemporâneos.
2. A remissão ao passado é ambígua, pois pode tanto revelar verdades ocultas, como omitir fatos e registros por motivos políticos.
3. Há uma relação temporal feita no texto que vincula, sem ser determinista, passado, presente e futuro.
4. Grande parte das sociedades contemporâneas sofreu os efeitos do imperialismo, situação que reforça a ideia de que o passado pode persistir no presente.
5. Há uma relação de causa e consequência entre o imperialismo no Ocidente e a produção da globalização e da homogeneização entre diferentes sociedades.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. ( ) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 5.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. ( ) São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

3. Assinale a alternativa **correta**, considerando o texto 1.

- a. ( ) No primeiro período do texto, a forma verbal “constitui” está no singular por concordar com a expressão partitiva “uma das estratégias mais comuns”.
- b. (X) No segundo parágrafo, estão na voz passiva analítica as orações: “Pouquíssima atenção tem sido dedicada ao papel privilegiado da cultura [...]” e “Esse conjunto de padrões foi possibilitado e inaugurado pelos impérios modernos”.
- c. ( ) Cada uma das expressões sublinhadas “do passado”, “do presente” (primeiro período do primeiro parágrafo) e “da cultura” (primeiro período do segundo parágrafo) está funcionando como complemento nominal de um substantivo abstrato derivado de verbo.
- d. ( ) No primeiro parágrafo do texto, as palavras sublinhadas “passado”, “presentes” e “futuras” estão funcionando como adjetivos caracterizadores de diferentes momentos temporais.
- e. ( ) No segundo parágrafo, os constituintes sintáticos “pouquíssima atenção”, “sombras consideráveis” e “os locais mais remotos do mundo” estão funcionando como objeto direto de verbos de ação: “tem sido dedicada”, “lança” e “unificaram”, respectivamente.

4. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras ( V ) e as falsas ( F ), considerando as regras de concordância verbal da língua portuguesa.

- ( ) Em “Um terço dos candidatos não [fazer] a redação.”, a concordância verbal é opcional (fizeram/fez).
- ( ) Em “Não [poder] haver contratações durante o período eleitoral.”, o verbo deve ficar no plural (podem).
- ( ) Em “Aproximadamente 40% dos jogadores [morar] no interior do estado.”, o verbo pode ficar no plural ou no singular (moram/mora).
- ( ) Em “Nem um nem outro [comparecer] à entrevista.”, o verbo deve ficar no singular (compareceu).
- ( ) Em “Cada um dos candidatos [precisar] preencher seu formulário de inscrição.”, o verbo pode ficar no plural ou no singular (precisam/precisa).

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ( ) V • V • V • F • F
- b. ( ) V • F • V • F • V
- c. ( X ) V • F • F • V • F
- d. ( ) F • V • F • V • F
- e. ( ) F • F • F • V • V

## Texto 2

### Estamos todos surdos

*Nós, brasileiros, temos uma enorme relutância em conviver com opiniões contrárias das nossas*

Meu tio Élvio falava tão rápido e com um sotaque tão forte – mineirês da roça misturado a alguma coisa parecida com dialeto italiano da roça – que quase ninguém o entendia. Honesto, trabalhador, devotava-se por inteiro à família. Pouco porém participava da vida em comunidade, porque as sentenças que pronunciava, ininteligíveis, muitas vezes o colocavam em situações bastante complicadas, já que o interlocutor, não atinando com suas declarações, buscava adivinhá-las e depreendia o que melhor lhe aprouvesse. Só para se ter uma ideia do tamanho do problema, somente ao morrer descobrimos que seu nome não era Élvio, e sim Elmo. Mas, então, tarde demais. Se algum dia for a Rodeiro, verá inscrito em seu túmulo Élvio Gardone e entre parênteses Elmo Cardoni.

Lembrei-me de meu tio porque cada vez mais me assusta a dificuldade que encontramos no dia a dia de manter diálogos, devido à perigosa incapacidade que estamos desenvolvendo de ouvir o outro. Não sei qual a explicação, mas tenho percebido que as pessoas apenas querem falar, falar, falar, e não lhes interessa saber o que outro pensa a respeito do assunto em pauta. Em geral, são como fontes, que no breu da noite continuam a verter água, impossibilitadas de refletir a paisagem em torno, encantadas unicamente pelo barulho que fazem e que a escuridão amplifica.

Mais estranho ainda é que, em tempos de redes sociais, essa dificuldade de compreensão se estende até mesmo aos textos escritos. Ou seja, as pessoas tomam um trecho e, ou por o lerem de maneira desatenta ou por simplesmente não saberem interpretá-lo, rechaçam no de maneira peremptória, encontrando nele coisas que não estão ali consignadas. E assim se destroem amizades, erguem-se desavenças, mancham-se reputações. Aliás, nós, brasileiros, temos uma enorme relutância em conviver com opiniões contrárias ou divergentes das nossas. Somos cordiais com todos aqueles que, de alguma maneira, comungam conosco pontos de vista similares, mas basta o menor sinal de contrariedade para demonstrarmos toda a nossa intolerância. Como não estamos acostumados ao exercício do diálogo, ao invés de buscar convencer o outro com argumentos, partimos imediatamente para a tentativa de aniquilá-lo, utilizando subterfúgios como a chacota, o sarcasmo, a desinformação e até mesmo a canalhice pura e simples.

RUFATTO, Luiz. Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/12/opinion/1407871072\\_537360.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/12/opinion/1407871072_537360.html).

Acessado em 18 de agosto de 2014.

5. Considere os excertos abaixo e analise as afirmativas a seguir, com base no texto 2.

- I. “Meu tio Élvio falava tão rápido e com um sotaque tão forte – mineirês da roça misturado a alguma coisa parecida com dialeto italiano da roça – que quase ninguém o entendia.” (primeiro parágrafo)
- II. “Só para se ter uma ideia do tamanho do problema, somente ao morrer descobrimos que seu nome não era Élvio, e sim Elmo.” (primeiro parágrafo)
- III. “Lembrei-me de meu tio porque cada vez mais me assusta a dificuldade que encontramos no dia a dia de manter diálogos, devido à perigosa incapacidade que estamos desenvolvendo de ouvir o outro.” (segundo parágrafo)

Analisar as afirmativas:

1. Em I, os termos sublinhados são adjetivos que qualificam os substantivos que os antecedem.
2. Em I, os travessões são usados para intercalar uma explicação valorativa do autor, podendo ser corretamente substituídos, sem prejuízo de sentido, por vírgulas.
3. Em II, construção “e sim” envolve dois deslizes gramaticais: além de estar indevidamente antecedida por vírgula, é uma expressão coloquial que quebra o tom formal do texto, devendo ser substituída por “mas”.
4. Em III, o uso do sinal indicativo de crase é opcional, pois a locução prepositiva “devido a” não exige o emprego obrigatório de crase.
5. Em III, o autor, com fins argumentativos, evoca uma experiência pessoal para ilustrar uma situação de caráter geral.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1 e 5.
- b. (X) São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.
- c. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. ( ) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. ( ) São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.

6. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), conforme o texto 2.

- ( ) No subtítulo e no terceiro parágrafo, o pronome pessoal “nós” faz remissão a uma referência genérica, ao passo que no primeiro parágrafo a terceira pessoa do singular é associada a um significado referencial específico.
- ( ) O fato de as pessoas não falarem o português corretamente afeta sua capacidade de compreenderem o outro.
- ( ) O autor apresenta uma valoração depreciativa do sotaque de seu tio Élvio, associando o modo de falar ao desinteresse político do tio.
- ( ) Há uma relação estabelecida entre a capacidade de manter diálogos, a tolerância às opiniões alheias e a identidade nacional.
- ( ) O autor relativiza a característica de cordialidade do brasileiro ao correlacioná-la ao grau de convergência de opiniões entre eventuais interlocutores: à medida que a comunhão de ideias se enfraquece, a cordialidade desaparece.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ( ) V•V•V•F•F
- b. ( ) V•V•F•F•V
- c. (X) V•F•F•V•V
- d. ( ) F•V•F•V•V
- e. ( ) F•F•V•V•F

7. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), considerando o texto 2.

- ( ) Em “[...] que quase ninguém o entendia”, e “muitas vezes o colocavam em situações bastante complicadas” (primeiro parágrafo), a ordem de colocação do pronome oblíquo evidencia um fenômeno de variação linguística que, nestes casos, opõe o uso desviante da regra (próclise) ao uso preconizado pela norma-padrão (ênclise).
- ( ) A expressão “ou seja” (terceiro parágrafo) retifica a informação dada no segmento textual precedente.
- ( ) As ocorrências pronominais “o”, “lo” e “no” (terceiro parágrafo) remetem ao mesmo referente, e a alteração de sua forma é determinada por fatores como a ordem de colocação e a morfologia flexional do verbo.
- ( ) Em “E assim se destroem amizades, erguem-se desavenças, mancham-se reputações.”, as três orações encontram-se na voz passiva sintética.
- ( ) Os verbos “devotava-se” (primeiro parágrafo), “lembrei-me” e “me assusta” (segundo parágrafo) são verbos pronominais, em cuja conjugação o pronome oblíquo corresponde à mesma pessoa gramatical do sujeito.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ( ) V•V•F•V•F
- b. ( ) V•F•V•F•V
- c. ( ) V•F•V•F•F
- d. ( ) F•V•F•V•V
- e. (X) F•F•V•V•F

8. Observe a frase abaixo adaptada do texto 2:

“Em geral, as pessoas são como fontes, que no breu da noite continuam a verter água, impossibilitadas de refletir a paisagem em torno, encantadas unicamente pelo barulho que fazem e que a escuridão amplifica.”

Assinale a alternativa que apresenta a reescritura **correta** da frase, sem prejuízo do sentido e sem desvios da norma-padrão da língua.

- a. (X) As pessoas são, em geral, como fontes, que no breu noturno seguem vertendo água, sem possibilidade de espelhar a paisagem circundante, maravilhadas unicamente com o seu próprio rumor, que é intensificado pela escuridão.
- b. ( ) As pessoas são como fontes que, em geral, continuam a verter água no breu da noite, incapacitadas de refletir a paisagem ao redor, que se deslumbra apenas com o ruído produzido e difundido na escuridão.
- c. ( ) Ordinariamente, as pessoas são comparáveis à fontes que, no breu da noite, prosseguem a jorrar água, sendo, porém, incapazes de retratar a paisagem em torno por ter sido enlevada pela intensidade do barulho produzido pela escuridão.
- d. ( ) Comumente, as fontes que continuam a verter água no breu da noite são comparáveis as pessoas, pela incapacidade de refletir o entorno em virtude do obscurecimento criado pelos mistérios da escuridão.
- e. ( ) Via de regra, as pessoas são como fontes que seguem vertendo água na escuridão, a qual impede de refletir a paisagem à volta em virtude do arrebatamento causado pelo barulho intensificado pelo breu.

**Direito Administrativo**

13 questões

**9.** Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) Pelo poder hierárquico os agentes públicos podem delegar e avocar competências.
- b. ( ) Uma entidade estatal não pode exercer o poder hierárquico sobre uma entidade autárquica, pois não há relação de subordinação entre elas, mas, tão somente, um vínculo administrativo.
- c. ( ) O poder hierárquico é aquele que confere à Administração Pública a capacidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração.
- d. (X) É por meio do poder hierárquico que a Administração Pública ordena funções administrativas, escalonando-as entre seus órgãos e agentes públicos. Essa relação de subordinação implica o dever de obediência às ordens superiores, ainda que ilegais.
- e. ( ) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

**10.** No que tange aos bens públicos, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Os bens públicos móveis não podem ser desapropriados.
- b. ( ) Terras devolutas são bens dominicais sujeitos à prescrição aquisitiva, à exceção daquelas que se encontrem em faixa de fronteira.
- c. (X) Pode ser autorizado o uso privado de um bem público, de forma discricionária, a um particular não pertencente à Administração Pública.
- d. ( ) A alienação de um bem público de uso especial não depende de prévia desafetação.
- e. ( ) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem à União, e são bens públicos de uso comum do povo.

**11.** Acerca da desapropriação, assinale a alternativa **incorreta**:

- a. ( ) Com a desapropriação desaparecem os ônus reais incidentes sobre o imóvel.
- b. ( ) A desapropriação indireta é um ato ilícito da administração.
- c. ( ) A desapropriação é modalidade de intervenção supressiva do Estado na propriedade.
- d. ( ) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- e. (X) A Constituição Federal estabelece a previsão constitucional de desapropriação por necessidade pública, mediante indenização posterior, o que torna plenamente legítima a desapropriação pelo Estado.

**12.** Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) A licença para construir é um ato unilateral e vinculado que deriva do poder de polícia.
- b. (X) A discricionariedade está presente em todos os atos emanados do poder de polícia.
- c. ( ) Ao Poder Judiciário compete anular um ato administrativo em razão de sua ilegalidade.
- d. ( ) A administração Pública é dotada de poder de polícia que, em sentido amplo, corresponde à atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, adequando-as aos interesses coletivos.
- e. ( ) O poder de polícia só poderá reduzir os direitos individuais quando em conflito com interesses maiores da coletividade e na medida estritamente necessária à consecução dos fins estatais.

**13.** O retorno ao serviço público do servidor aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, caracteriza:

- a. (X) reversão.
- b. ( ) recondução.
- c. ( ) reintegração.
- d. ( ) transferência.
- e. ( ) aproveitamento.

**14.** Acerca da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada.
- b. ( ) Para fins da Lei nº 8.666/93, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados as assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
- c. ( ) A modalidade licitatória convite é utilizada nas contratações de pequeno valor, sendo possível a participação de não convidados desde que manifestem seu interesse em até 24 horas da apresentação das propostas.
- d. (X) A modalidade licitatória tomada de preços é utilizada nas contratações de pequeno valor, sendo possível a participação de não convidados desde que manifestem seu interesse em até 48 horas da apresentação das propostas.
- e. ( ) As hipóteses em que a licitação é dispensável estão previstas de forma taxativa no art. 24 da Lei nº 8.666/93. Tais incisos podem ser divididos em razão do valor, da situação, do objeto e da pessoa.

---

**15.** Sobre o ato administrativo, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) A licença para edificar é exemplo de ato administrativo.
- b. ( ) São elementos do ato administrativo: sujeito competente, objeto, forma, finalidade e motivo.
- c. (X) Se os motivos expostos em um ato administrativo forem falsos ou inexistentes, o ato praticado é anulável.
- d. ( ) A edição de ato administrativo por administrador público competente, visando fim diverso daquele a que a lei lhe permitiu, caracteriza o desvio de finalidade.
- e. ( ) Se um ocupante de cargo em comissão for exonerado, sendo justificada sua exoneração em razão de ausência de verba, não pode outro servidor ser nomeado em seguida, ou, se for, o ato será inválido, porque o motivo alegado para a exoneração do anterior era falso.

**16.** Acerca do Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257, de 10.07.2001, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. (X) Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas do Poder Público estadual, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar a valorização ambiental.
- b. ( ) Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.
- c. ( ) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- d. ( ) Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, os contratos de concessão de direito real de uso de imóveis públicos constituirão título de aceitação obrigatória em garantia de contratos de financiamentos habitacionais.
- e. ( ) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

---

**17.** Assinale a alternativa que contém quatro atributos do ato administrativo.

- a. ( ) coercibilidade, legalidade, tipicidade e conveniência
- b. (X) presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, imperatividade e exigibilidade
- c. ( ) legalidade, conveniência, oportunidade e presunção de veracidade
- d. ( ) sujeito competente, legalidade, forma e autoexecutoriedade
- e. ( ) imperatividade, finalidade, forma e presunção de legitimidade

**18. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) À forma de vinculação do agente público ao cargo efetivo dá-se o nome de investidura política.
  - b. ( ) As funções de confiança e os cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira, nunca em percentual superior a dez por cento do quadro de pessoal.
  - c. ( ) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
  - d. ( ) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será aproveitado imediatamente em outra vaga, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até vaga definitiva.
  - e. (X) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- 

**19. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de chefia e assessoramento.
- b. ( ) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c. ( ) Somente os Estados e Municípios poderão estabelecer os casos de contratação por tempo determinado.
- d. (X) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- e. ( ) A investidura em cargo, emprego ou função pública depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

**20. Assinale a alternativa incorreta.**

- a. ( ) A Servidão Administrativa tem caráter acessório e inalienável.
  - b. (X) Retrocessão é a devolução do domínio expropriado, para que regresse ao patrimônio da administração pública.
  - c. ( ) Tombamento é ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial, levando em conta sua função social.
  - d. ( ) A Servidão Administrativa consiste no direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia com base em lei.
  - e. ( ) Limitação administrativa é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social.
- 

**21. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano, salvo se culposa a conduta.
- b. ( ) Somente a chefia imediata poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- c. (X) As disposições acerca da improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- d. ( ) Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens da Administração Pública.
- e. ( ) As cominações por atos de improbidade administrativa não podem ser aplicadas cumulativamente com sanções civis.

**Direito Constitucional**

12 questões

**22. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( X ) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
- b. ( ) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade soberana, justa e solidária; garantir o desenvolvimento internacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- c. ( ) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência legalista de direitos; autodeterminação dos povos; intervenção mínima; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.
- d. ( ) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos desta Constituição.
- e. ( ) São Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

**23. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei ordinária.
- b. ( ) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um quarto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- c. ( ) O processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos regulamentares; resoluções.
- d. ( X ) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
- e. ( ) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de sete décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**24. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) É competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- b. ( ) É competência remanescente dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- c. ( ) É competência privativa da União promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- d. ( ) É competência residual dos Estados e Municípios combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- e. ( X ) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

**25.** De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político, de opinião, ou de corrupção passiva.
- b. (X) Não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; de caráter perpétuo; de banimento; cruéis.
- c. ( ) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, desde que militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- d. ( ) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas capazes, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- e. ( ) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador ou da autoridade policial, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

---

**26.** De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Conceder-se-á "habeas-data" para a retificação de dados.
- b. ( ) São gratuitos a todos, na forma da lei: a) o registro civil de nascimento e adoção; b) o registro de casamento; c) a certidão de óbito.
- c. ( ) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos que comprovem a verdade real.
- d. ( ) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados; c) Ministério Público.
- e. ( ) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

**27.** Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Meio Ambiente, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Incumbe ao Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, vedada a fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- b. ( ) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, garantido o sigilo, a fim de manter a fidelidade de informações constantes das pesquisas.
- c. ( ) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra da Mantiqueira, o Pantanal Mato-Grossense e as Praias da Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- d. ( ) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, sempre responsabilizados nas pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- e. (X) Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

---

**28.** Assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Compete à União e aos Estados manter relações com Estados estrangeiros.
- b. ( ) Compete à União e aos Estados legislar sobre desapropriação.
- c. (X) Compete privativamente à União legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes.
- d. ( ) Compete privativamente à União e aos Estados legislar sobre registros públicos.
- e. ( ) Compete à União e aos Estados legislar sobre trânsito e transporte.

**29. Assinale a alternativa **correta**.**

- a.  São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- b.  São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração percebida na empresa e repouso semanal remunerado aos domingos.
- c.  Todas as gestantes têm direito à licença remunerada, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- d.  É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.
- e.  É livre a associação profissional ou sindical, observando-se que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

---

**30. Assinale a alternativa **correta**.**

- a.  É competência privativa da União legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública.
- b.  É competência comum da União e dos Estados legislar sobre funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- c.  É competência concorrente da União, dos Estados e Municípios legislar sobre procedimentos em matéria processual.
- d.  Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre orçamento.
- e.  Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

**31. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**.**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- a.  propriedade privada e livre concorrência.
- b.  função social da propriedade e livre concorrência.
- c.  soberania nacional e redução das desigualdades regionais e sociais.
- d.  defesa do meio ambiente, mediante tratamento igualitário ante o impacto ambiental, e defesa do consumidor.
- e.  busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

---

**32. Assinale a alternativa **incorreta**.**

- a.  Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- b.  Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c.  Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão autônomo, para fazê-lo em sessenta dias.
- d.  O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- e.  Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade a Mesa do Senado Federal e a Mesa da Câmara dos Deputados.

**33. Assinale a alternativa correta.**

- a. ( X ) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
- b. ( ) São crimes de responsabilidade, na forma da Constituição Federal, os atos do Presidente da República que atentem contra a segurança interna e externa do País.
- c. ( ) Compete aos Ministros de Estado expedir decretos para a execução das leis e dos regulamentos.
- d. ( ) Compete privativamente ao Presidente da República nomear os Ministros de Estado, após aprovados os nomes pelo Senado Federal.
- e. ( ) O Presidente da República, nas infrações penais comuns, ficará suspenso de suas funções se oferecida denúncia no STF.

**Responsabilidade Fiscal**

5 questões

**34. Acerca da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) Somente por ordem judicial será divulgada a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- b. ( X ) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- c. ( ) Acerca da recondução da dívida aos limites, pode-se dizer que vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará impedido de receber transferências voluntárias da União, do Estado ou do Município, e de remunerar o titular do órgão respectivo.
- d. ( ) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, sempre deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.
- e. ( ) Em caso de urgência, é permitida a assunção de obrigação com fornecedores, sem autorização orçamentária, para pagamento a posteriori.

**35. Acerca da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) É vedado o refinanciamento da dívida pública.
- b. ( ) Somente mediante justificação será permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- c. ( ) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei de diretrizes orçamentárias.
- d. ( ) No que tange à execução orçamentária e ao cumprimento de metas, pode-se dizer que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados para atender ao objeto de sua vinculação, salvo justificação em cronograma de desembolso.
- e. ( X ) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

**36. Acerca da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, assinale a alternativa correta.**

- a. ( ) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos três meses imediatamente anteriores.
- b. ( ) Se a despesa total do Tribunal de Contas da União com pessoal exceder a 95% do limite, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois trimestres seguintes.
- c. ( X ) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- d. ( ) Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Despesas Correntes".
- e. ( ) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital da administração direta para a indireta a título de subordinação.

**37.** Acerca da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Salvo autorização do Chefe do Poder Executivo, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
- b. (X) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou défits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- c. ( ) Para efeitos da LC 101/2000, considera-se operação de crédito refeita a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- d. ( ) Acerca dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito, pode-se dizer que para fins de verificação do atendimento do limite da dívida pública, a apuração do montante da dívida não consolidada será efetuada ao final de cada trimestre.
- e. ( ) Acerca dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito, pode-se dizer que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, e deverão ser liquidados em “restos a pagar”.

**38.** Acerca da Lei Federal nº 10.028/2000, que dispõe sobre temas relativos aos crimes contra as finanças públicas, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) A infração administrativa contra as leis de finanças públicas será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.
- b. ( ) Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.
- c. ( ) Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e nas condições estabelecidos em lei.
- d. (X) A infração administrativa contra as leis de finanças públicas é punida com multa de vinte por cento dos vencimentos mensais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.
- e. ( ) Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e nas condições estabelecidos em lei.

### **Orçamento e Contabilidade Pública**

12 questões

**39.** Assinale a alternativa que identifica **corretamente** três princípios essenciais da gestão fiscal responsável.

- a. (X) Política tributária, planejamento e transparência
- b. ( ) Transparência, controle e planejamento
- c. ( ) Prevenção de défits, planejamento e controle
- d. ( ) Limitação de gastos continuados, publicidade e anualidade
- e. ( ) Aumento duradouro dos gastos, equilíbrio e legalidade

40. Relacione as colunas 1 e 2 abaixo:

**Coluna 1**

---

1. Programa
2. Projeto
3. Atividade
4. Operações Especiais

**Coluna 2** Definições

---

- ( ) As despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- ( ) O instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.
- ( ) Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- ( ) Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ( ) 1•2•3•4
- b. ( ) 2•3•4•1
- c. ( ) 3•1•4•2
- d. (X) 4•1•2•3
- e. ( ) 4•3•2•1

41. Assinale a alternativa que define **corretamente** o propósito do procedimento da descentralização de créditos orçamentários:

- a. (X) Objetivo de racionalizar o emprego dos recursos públicos, reduzir custos operacionais e otimizar a estrutura da Administração do Estado.
- b. ( ) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.
- c. ( ) Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de função, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.
- d. ( ) No caso da função "Encargos Especiais", os programas corresponderão a um código vazio, do tipo "0000".
- e. ( ) A dotação global denominada "Reserva de Contingência", permitida para a União, no art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, será identificada por código definido pelos diversos níveis de governo.

---

42. Assinale a alternativa que identifica **corretamente** o agente que assume a responsabilidade pelo processo de ratificação dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

- a. ( ) Casa Civil
- b. ( ) Senado Federal
- c. ( ) Auditoria Geral da União
- d. ( ) Secretaria da Receita Federal
- e. (X) Secretaria Federal de Controle Interno

**43.** Assinale a alternativa que identifica **corretamente** o encerramento do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), no prazo de trinta dias após o encerramento de cada:

- a.  Bimestre
  - b.  Trimestre
  - c.  Quadrimestre
  - d.  Semestre
  - e.  Ano
- 

**44.** Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** a definição básica de "operação de crédito", conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a.  Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- b.  Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- c.  Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- d.  O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.
- e.  Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

**45.** Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** a definição da classificação institucional.

- a.  Classificação da despesa por órgão e unidade orçamentária.
  - b.  Classificação da despesa segundo estrutura de funções e subfunções, que indicam as áreas de atuação do governo, como saúde, educação, transporte, entre outras.
  - c.  Organização do orçamento segundo critérios que possibilitam a compreensão geral das funções deste instrumento, propiciando informações para a administração, a gerência e a tomada de decisões.
  - d.  Classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público.
  - e.  Classificação da despesa segundo estrutura de programa, ação (projeto, atividade ou operação especial) e subtítulo (localizador do gasto), cujo objetivo é identificar a finalidade do gasto, em que e onde serão alocados os recursos, bem como viabilizar o gerenciamento interministerial de programas.
- 

**46.** Identifique se as operações a seguir têm enfoque no resultado patrimonial ( P ), no resultado orçamentário ( O ) ou em ambos ( A ).

- Provisão de Férias
- Aquisição de Material de Consumo
- Concessão de Adiantamento/Suprimento de Fundos
- Despesa com folha de salários, com empenho e liquidação
- Reconhecimento de Redução ao Valor Recuperável

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a.  A • P • O • P • P
- b.  A • O • P • P • P
- c.  O • P • P • O • A
- d.  O • P • O • P • A
- e.  P • O • O • A • P

**47.** Relacione corretamente as colunas 1 e 2 abaixo em relação ao financiamento da seguridade social.

**Coluna 1**

1. do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.
2. do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201.
3. sobre a receita de concursos de prognósticos.

**Coluna 2**

- ( ) o lucro.
- ( ) a receita ou o faturamento.
- ( ) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. (X) 1 • 1 • 1
- b. ( ) 1 • 2 • 3
- c. ( ) 1 • 3 • 2
- d. ( ) 2 • 2 • 2
- e. ( ) 3 • 1 • 2

**48.** Observar as seguintes naturezas da despesa:

- 332235-03      ■ 337235-03      ■ 449035-03
- 333235-03      ■ 339035-03
- 334235-03      ■ 339135-03

Assinale alternativa que apresenta o enquadramento da natureza da despesa quanto a sua especificação de serviços de consultoria.

- a. ( ) Auditoria externa
- b. ( ) Outros serviços de consultoria
- c. ( ) Assessoria e consultoria para obras e instalações
- d. (X) Assessoria e consultoria técnica ou jurídica por pessoa jurídica
- e. ( ) Assessoria e consultoria técnica ou jurídica por pessoa física

**49.** Assinale a alternativa que define **corretamente** o Princípio da especificação/especialização/discriminação em relação ao orçamento público.

- a. ( ) Esse princípio visa assegurar que as despesas não serão superiores à previsão das receitas.
- b. ( ) O orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro. Esse princípio está consagrado na legislação brasileira por meio da Constituição Federal.
- c. (X) Veda as autorizações de despesas globais. As receitas e despesas devem demonstrando a origem e a aplicação dos recursos. O § 4º do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF estabelece a vedação de consignação de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, exigindo a especificação da despesa.
- d. ( ) Esse princípio estabelece que todas as receitas e despesas devem constar do orçamento em seus valores brutos, sem qualquer tipo de dedução, de forma a permitir efetivo controle financeiro do orçamento e universalidade.
- e. ( ) Esse princípio zela pela garantia da transparência e total acesso a qualquer interessado às informações necessárias ao exercício da fiscalização sobre a utilização dos recursos arrecadados dos contribuintes.

**50.** Assinale a alternativa que apresenta a combinação de classificação da despesa compondo 17 dígitos: 1ª e 2ª função, 3ª ao 5ª subfunção, 6ª ao 9ª programa, 10ª ao 13ª ação e 14ª ao 17ª subtítulo.

- a. ( ) classificação funcional e classificação institucional
- b. (X) classificação funcional e classificação programática
- c. ( ) classificação institucional e classificação econômica
- d. ( ) classificação orçamentária e classificação programática
- e. ( ) classificação funcional e classificação orçamentária

## Controle Externo

5 questões

**51.** Acerca da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Os débitos imputados em decisão do Tribunal serão atualizados com base na variação do IGPM-FGV, e a correção monetária incidente sobre o débito imputado em decisão condenatória do Tribunal será cobrada à taxa de um por cento ao mês ou fração.
- b. ( ) O Tribunal de Contas do Estado apreciará as contas prestadas semestralmente pelo Prefeito, as quais serão anexadas às do Poder Legislativo, mediante parecer prévio a ser elaborado antes do encerramento do exercício em que foram prestadas.
- c. ( ) A deliberação em Pedido de Reapreciação formulado pela Câmara de Vereadores constitui a última e definitiva manifestação do Relator sobre a prestação de contas semestral do Município.
- d. (X) A decisão do Tribunal de Contas em processos de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, pode ser preliminar ou definitiva.
- e. ( ) O parecer prévio do Tribunal deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.

**52.** Acerca do que dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) O Tribunal ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, remetendo os autos ao Ministério Público junto ao TCE.
- b. (X) As contas serão consideradas ilíquidáveis quando caso fortuito ou força maior, comprovadamente alheios à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento do mérito a que se refere o art. 18 desta Lei.
- c. ( ) O Tribunal deverá julgar irregulares as contas apenas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que tenha ciência o responsável feita em processo de tomada de contas ordinárias.
- d. ( ) A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o Tribunal, em decisão sujeita a recurso, poderá determinar o arquivamento do processo, com o cancelamento do débito.
- e. ( ) O Tribunal de Contas poderá solicitar, para exame, até o amanhecer do dia do recebimento das propostas, cópia de edital de licitação, na modalidade de concorrência, já publicado.

**53.** Acerca da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Ao Tribunal é assegurada autonomia administrativa e financeira, mas não autonomia funcional.
- b. ( ) O Tribunal de Contas de Santa Catarina, órgão de controle externo, tem sede em Florianópolis e compõe-se de nove Conselheiros.
- c. ( ) O TCE fixará, no Regimento Interno, os períodos de funcionamento do Plenário e das Câmaras, sendo-lhe vedado o recesso, consoante recente entendimento do TCU.
- d. ( ) Os Conselheiros elegerão o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral do Tribunal para mandato correspondente a quatro anos, permitida a reeleição apenas por um período de igual duração.
- e. (X) A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, estar acompanhada de indício de prova e conter o nome legível e assinatura do denunciante, sua qualificação e endereço.

---

**54.** Acerca do que dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) A decisão em processo de prestação ou tomada de contas é sempre de mérito.
- b. ( ) Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal julga prejudicada a discussão da matéria.
- c. ( ) Ao julgar as contas, o Tribunal decidirá se estas são regulares, formais-regulares ou irregulares, definindo, conforme o caso, a responsabilidade civil dos gestores.
- d. (X) No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.
- e. ( ) As decisões do Tribunal de Contas em processo de consulta, tomadas por no mínimo dois terços dos Conselheiros que o compõem, têm caráter normativo, mas não constituem prejulgamento da tese.

**55.** Acerca da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Os Conselheiros do TCE serão nomeados entre brasileiros ou estrangeiros com mais de trinta anos de idade.
- b. ( ) Os Conselheiros do Tribunal gozam das seguintes garantias: vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos e autonomia funcional.
- c. (X) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa, na forma que dispuser seu Regimento Interno.
- d. ( ) O Tribunal de Contas do Estado poderá instituir símbolos próprios, tendo que adotar a medalha de mérito padrão do Tribunal de Contas da União.
- e. ( ) A Lei Orgânica do TCE criou na estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado, diretamente subordinado à Vice-Presidência, o Instituto de Contas.

---

### **MP Junto ao Tribunal de Contas** 5 questões

**56.** Acerca do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é assegurada vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo.
- b. (X) O ingresso na carreira de Procurador junto ao Tribunal far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, observada nas nomeações a ordem de classificação.
- c. ( ) São princípios protocolares do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado a unidade, a indivisibilidade e a autonomia.
- d. ( ) É permitido a membro do Ministério Público junto ao Tribunal intervir em processo que seja de seu interesse próprio.
- e. ( ) O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é a única parte legítima para pedir a revisão de decisão definitiva proferida em processo de prestação de contas.

## Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas

**57.** Acerca do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) A Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas possui quadro de pessoal uniforme ao padrão estadual, constituído de cargos de provimento em comissão, organizado na forma da lei.
- b. ( ) Compete ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas comparecer às sessões e pronunciar-se por escrito em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal.
- c. ( ) Ao cargo de Procurador-Geral-Adjunto, provido por Procurador efetivo e nomeado por meio de concurso público de provas e títulos, são atribuídos vencimentos equivalentes a noventa e cinco por cento daqueles devidos ao Procurador-Geral.
- d. (X) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ao qual se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e administrativa, é exercido pela Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas e compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores, bacharéis em Direito.
- e. ( ) O Procurador-Geral, nomeado em comissão pelo Governador do Estado, após chancela da Assembleia Legislativa, será escolhido dentre os Procuradores do Ministério Público, observados os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro, tendo iguais direitos, vantagens e prerrogativas, exceto a vitaliciedade.

**58.** Acerca do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Nas contas prestadas semestralmente pelo governador do Estado, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas emitirá parecer prévio.
- b. ( ) Nas contas prestadas semestralmente pelo Prefeito Municipal é facultado ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas intervir no processo.
- c. ( ) A pauta das sessões conterá indicação dos processos a serem apreciados e será remetida ao Presidente, aos Conselheiros, aos Auditores e ao Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, até o dia da sessão à qual se destina.
- d. ( ) O processo de prestação de contas, independentemente do Relatório Técnico, será encaminhado à Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para apresentação de voto no prazo de cinco dias contados de seu recebimento.
- e. (X) O processo de escolha de Conselheiro do Tribunal, em caso de vaga a ser provida, obedecerá ao seguinte critério: na terceira, sexta e sétima vagas, a escolha caberá ao Governador do Estado, devendo recair as duas últimas, alternadamente, em auditor e membro do Ministério Público junto ao Tribunal.

**59.** Acerca do que dispõem as normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, mesmo que para retificar erros de cálculo.
- b. (X) Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, cabem Embargos de Declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição de acórdão ou de decisão recorridos, sendo dispensada a manifestação do Ministério Público.
- c. ( ) No processo de julgamento de contas, será assegurada aos responsáveis ou interessados ampla defesa, exceto quanto a fatos públicos e notórios, que poderão desde logo ser autuados.
- d. ( ) O agravo contra despacho será examinado pelo Relator que o proferiu, a quem compete submetê-lo à deliberação da Câmara ou do Plenário, de acordo com a natureza da matéria, sendo impossível sua reconsideração.
- e. ( ) De decisão preliminar do Tribunal Pleno e das Câmaras, bem como de despacho do Relator cabe Recurso de Agravo, com efeito suspensivo.

---

**60.** Acerca do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) O pedido de revisão formulado pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas suspende a execução da decisão definitiva
- b. ( ) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não poderá se pronunciar sobre inconstitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- c. (X) O Recurso de Reconsideração, com efeito suspensivo, será interposto uma só vez, por escrito, pelo responsável ou pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias contados da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado.
- d. ( ) A reforma do Regimento Interno do TCE poderá ser proposta por escrito, a qualquer tempo, por iniciativa do Presidente ou do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- e. ( ) O voto do Conselheiro Relator deve ser obrigatoriamente fundamentado, não se admitindo a forma resumida, mesmo quando favorável à posição do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

## **Direito Econômico e Financeiro** 5 questões

**61.** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tratando da Ordem Econômica Brasileira determina que:

- a. (X) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado excepcionalmente será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- b. ( ) são indícios de abuso de poder econômico: o aumento discricionário dos lucros, a eliminação da concorrência e a dominação de mercados.
- c. ( ) dentre outros princípios: o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte brasileiras que tenham sua sede e administração no País, excluindo-se as empresas estrangeiras com sede e administração no País e; a defesa do meio ambiente segundo tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- d. ( ) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, planejamento e incentivo que serão determinantes para os setores público e privado.
- e. ( ) compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, alternativamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, observação das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

## Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas

**62.** A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O Poder Executivo, até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Assim, é **correto** afirmar:

- a. ( ) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, impossibilitado o seu uso em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- b. ( ) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma integral priorizando-se aquelas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- c. (X) Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- d. ( ) A limitação de empenho para fins de cumprimento das metas fiscais deve permanecer na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar o ano financeiro, não sendo possível tal limitação no caso de estado de defesa ou de sítio.
- e. ( ) No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação de empenho e movimentação financeira no prazo de sessenta dias, em virtude do necessário ajuste fiscal, deve, o Poder Executivo, limitar os valores financeiros segundo critérios fixados em ação própria junto ao Poder Judiciário.

**63.** Para os efeitos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Dessa forma é **correto** afirmar:

- a. ( ) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.
- b. (X) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- c. ( ) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, de maneira que não poderá exceder, para a União, em 40%; para os Estados, em 60%; e para os Municípios, em 60%.
- d. ( ) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, de maneira que não poderá exceder, para a União, em 50%; para os Estados, em 50%; e para os Municípios, em 60%.
- e. ( ) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, de maneira que não poderá exceder, para a União, em 40%; para os Estados, em 50%; e para os Municípios, em 60%.

**64.** A Lei 4.320, de 17/03/1964, estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei; bem como, todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles, se devam realizar.

Destarte, quanto à elaboração orçamentária, é **correto** afirmar:

- a. ( ) São princípios insculpidos na Lei do Orçamento e que devem ser obedecidos: unidade orçamentária, universalidade, generalidade e anualidade.
- b. ( ) São princípios insculpidos na Lei do Orçamento e que devem ser obedecidos: unidade orçamentária, universalidade, especificidade e anualidade.
- c. ( ) Para fins de contabilidade pública, a receita classificar-se-á em três grandes grupos contábeis a saber: Receitas Correntes, Receitas de Capital e Receitas Financeiras e as despesas, da mesma forma, compreenderão três grandes grupos: Despesas Correntes, Despesas de Capital e Despesas de Custeio.
- d. (X) Para fins de contabilidade pública, a receita classificar-se-á em dois grandes grupos contábeis a saber: Receitas Correntes e Receitas de Capital e as despesas, da mesma forma, compreenderão dois grandes grupos: Despesas Correntes e Despesas de Capital.
- e. ( ) Para fins de contabilidade pública, a receita classificar-se-á em três grandes grupos contábeis a saber: Receitas Correntes, Receitas de Capital e Receitas Privadas e as despesas, da mesma forma, compreenderão três grandes grupos: Despesas Correntes, Despesas de Capital e Despesas Privadas.

**65.** No art. 58 e seguintes da Lei 4.320, de 17/03/1964, encontram-se determinações normativas sobre a despesa pública e suas fases.

Tem-se, então, como **verdadeiro** a respeito da despesa pública:

- a. ( ) São fases da despesa pública: o empenho, a contratação do serviço ou a compra do bem e o pagamento, sendo que o empenho independe de dotação orçamentária como ocorre no empenho estimativo.
- b. ( ) O empenho pode ser global, ordinário ou estimativo para as despesas cujo montante seja determinado, porém seja indefinida a data de término ou prestação de serviço.
- c. ( ) O empenho representa o segundo estágio da despesa orçamentária, sendo registrado após a contratação do serviço ou a aquisição do material ou bem, obra e amortização da dívida.
- d. ( ) O empenho poderá ser reforçado quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada e, caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou tiver sido emitido incorretamente, o empenho deverá ser anulado totalmente.
- e. (X) São fases da despesa pública: o empenho, a liquidação e o pagamento, sendo que o empenho é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

**Direito Previdenciário**

2 questões

**66.** Acerca da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados, dependentes e enteados.
- b. ( ) Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas, salvo se qualquer delas atingir o limite máximo de contribuição.
- c. ( ) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado facultativo em relação a essa atividade.
- d. (X) A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- e. ( ) A Previdência Social rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios e objetivos: I - universalidade de participação da sociedade nos planos previdenciários; II - uniformidade, equivalência e proporcionalidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e disponibilidade na prestação dos benefícios.

**67.** Acerca da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Em qualquer caso, independe de período de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.
- b. ( ) Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado não é considerado no exercício do trabalho.
- c. (X) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.
- d. ( ) Considera-se agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.
- e. ( ) Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer por último.

## Direito Penal e Processual Penal 3 questões

**68.** Gisele trafegava em velocidade compatível com a via quando teve seu veículo abalroado pelo carro de Luiz. Como ele estava embriagado, evadiu-se do local deixando Gisele com ferimentos insignificantes. Esta chamou a polícia rodoviária que atendeu à ocorrência indo ao local do acidente. Chegando lá os oficiais entenderam por bem colocar a jovem na viatura e levá-la até o pronto-socorro mais próximo a fim de afastar qualquer suspeita de ferimentos internos. No trajeto até o pronto-socorro foram atingidos pela caminhonete de Bernardo, que vinha em alta velocidade e furou um sinal vermelho. Pela intensidade do choque Gisele veio a óbito no local do acidente em razão de traumatismo craniano provocado pela segunda batida.

Sabendo que não foi feita prova que pudesse atestar a alcoolemia de Luiz, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Bernardo vai responder por homicídio culposo.
- b. ( ) Luiz vai responder por homicídio doloso, porque estava embriagado.
- c. ( ) Luiz vai responder por homicídio culposo e por dirigir embriagado.
- d. (X) Luiz vai responder pela evasão do local do sinistro e pela lesão corporal leve sofrida por Gisele.
- e. ( ) Luiz vai responder por homicídio culposo já que a primeira batida possui nexos de causalidade com o resultado final.

**69.** A Polícia Federal está investigando as atividades financeiras de Geraldo, ocupante do cargo de Vereador.

Geraldo é empresário do ramo imobiliário e tem como principal atividade econômica comprar terrenos, construir casas e revendê-las, obtendo o respectivo lucro.

Por meio de interceptações telefônicas a polícia apura que Geraldo está sendo financiado por traficantes de droga que atuam em todo o Estado e que as construções são uma forma de ocultar a origem espúria do dinheiro obtido por meio da venda de entorpecentes.

Em uma de suas ligações, Geraldo menciona Felipe Castro como sendo o detentor do monopólio da droga que o está agenciando.

Com base exclusivamente na interceptação do telefone celular de Geraldo, é oferecida denúncia contra ele, por lavagem de dinheiro, e contra Felipe Castro por lavagem de dinheiro e tráfico ilícito de entorpecentes.

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) com base nos fatos narrados.

- ( ) A competência para a análise do caso será da Justiça Comum Estadual.
- ( ) A competência para a análise do caso será da Justiça Comum Federal.
- ( ) A prova utilizada para a deflagração da ação penal em face de Felipe Castro é ilícita.
- ( ) Se Geraldo contribuir para a investigação poderá ter uma redução da pena a ele imposta.
- ( ) Caso o(s) acusado(s), uma vez citados pessoalmente, não comparecerem nem constituírem Advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ( ) V•F•V•V•V
- b. (X) V•F•V•V•F
- c. ( ) V•F•F•V•V
- d. ( ) F•V•V•V•V
- e. ( ) F•V•V•V•F

**70.** Ronaldo é Prefeito Municipal de uma cidade do interior de Santa Catarina. Em seu gabinete trabalham Paulo e Pedro, ambos funcionários de confiança. O responsável pela confecção dos editais licitatórios é Pedro. Paulo, por sua vez, analisa os termos do pregão e encaminha a documentação para que o Prefeito a subscreva.

Cientes da confiança depositada neles, Pedro e Paulo armam um esquema de fraude em licitação. Colocam os documentos referentes aos processos licitatórios misturados em pilhas e passam-nos para o Prefeito que os assina sem desconfiança, como de hábito.

Efigênia, vereadora do município, toma conhecimento de que foi aberto processo licitatório para a construção de uma escultura defronte à Câmara Municipal. Contudo, a tal obra jamais foi efetivada pela empresa que se sagrou vencedora. Desconfiada, passa a investigar o procedimento interno da Prefeitura quando da abertura de pregões e descobre que há várias outras obras que foram contratadas, mas jamais efetivadas. Fica sabendo, também, que os funcionários Pedro e Paulo embolsam quantias de dinheiro sacado pelas empresas que vencem o certame e que são entregues a eles em malas.

Inconformada, Efigênia vai até o Ministério Público e narra os fatos, entregando as evidências que encontrou. Ronaldo, Pedro e Paulo são denunciados por peculato doloso.

A partir da narrativa assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Para a confirmação do ilícito não é necessário que se demonstre o enriquecimento ilícito dos funcionários públicos às custas da municipalidade.
- b. ( ) Ronaldo responde por peculato doloso de qualquer forma, já que os funcionários que estavam em conluio para fraudar as licitações eram de sua confiança.
- c. (X) Não obstante Ronaldo seja o ordenador primário das despesas, para que possa ser considerado coautor do crime de peculato doloso é imperioso que o Ministério Público demonstre seu *animus* em se locupletar às custas da Administração.
- d. ( ) Se Efigênia tivesse levado a informação ao MPE por meio de denúncia anônima, esta seria plenamente aceita como elemento justificador da instauração da ação penal, em razão do princípio da moralidade administrativa e do interesse da comunidade em ver os responsáveis devidamente punidos.
- e. ( ) A condenação dos acusados pela improbidade Administrativa em sede de ação civil pública já enseja, por si só, a confirmação da culpa em esfera penal.

**Direito Processual Civil**

5 questões

**71.** Com relação às normas de direito processual civil, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Depois da contestação, não se permite a dedução de novas alegações.
- b. ( ) Os absolutamente incapazes possuem capacidade plena para figurar no polo ativo ou passivo da lide.
- c. ( ) O recurso interposto em face de sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem será recebido no duplo efeito.
- d. ( ) Todas as hipóteses de extinção do feito previstas no art. 267 do CPC (sentenças terminativas) permitem que a ação seja novamente proposta.
- e. (X) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.

**72.** Não está em consonância com as disposições sobre os Recursos no Código de Processo Civil:

- a. (X) Constatando a ocorrência de nulidade insanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual. Cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.
- b. ( ) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- c. ( ) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que rejeitar liminarmente embargos à execução.
- d. ( ) Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
- e. ( ) Apresentada a resposta, é facultado ao juiz, em cinco dias, o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso.

**73.** Acerca dos Pedidos, assinale o que **não** está de acordo com as normas de direito processual civil.

- a. ( ) O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico.
- b. (X) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não será admitida a cumulação.
- c. ( ) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- d. ( ) Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.
- e. ( ) Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

**74.** Assinale a alternativa que **não** está de acordo com as normas de direito processual civil.

- a. (X) A petição inicial indicará os nomes, prenomes, número de CPF ou CNPJ, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor, do réu e de seus procuradores.
- b. ( ) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
- c. ( ) Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- d. ( ) Ficam sujeitos à execução os bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.
- e. ( ) Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade senão nos casos previstos em lei; o sócio, demandado pelo pagamento da dívida, tem direito a exigir que sejam primeiro executados os bens da sociedade.

**75.** Não está de acordo com o disposto no Código de Processo Civil:

- a. ( ) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- b. ( ) Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.
- c. ( ) Findo o prazo para a resposta do réu, o escrivão fará a conclusão dos autos. O juiz, no prazo de 10 dias, determinará, conforme o caso, as providências preliminares.
- d. ( ) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- e. (X) A citação torna prevento o juízo, induz litispendência, interrompe a prescrição e, exceto quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor.

### **Direito da Empresa e Direito Civil** 3 questões

**76.** Assinale a alternativa que **não** está de acordo com o disposto no Código Civil.

- a. ( ) É lícito às partes estipular contratos atípicos.
- b. (X) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de três meses se a coisa for móvel, e de três anos se for imóvel, contado da entrega efetiva.
- c. ( ) Se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória.
- d. ( ) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- e. ( ) Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal.

**77.** Assinale a alternativa que **não** está de acordo com o disposto no Código Civil.

- a. ( ) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- b. ( ) A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.
- c. (X) No que tange à solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, não mais subsiste a solidariedade.
- d. ( ) Nas obrigações alternativas, quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- e. ( ) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança.

---

**78.** Assinale a alternativa que **não** está de acordo com o disposto no Código Civil.

- a. (X) O contrato de depósito é oneroso, exceto se houver convenção em contrário.
- b. ( ) O depositário, que por força maior houver perdido a coisa depositada e recebido outra em seu lugar, é obrigado a entregar a segunda ao depositante, e ceder-lhe as ações que no caso tiver contra o terceiro responsável pela restituição da primeira.
- c. ( ) Sempre que o mandatário estipular negócios expressamente em nome do mandante, será este o único responsável; ficará, porém, o mandatário pessoalmente obrigado, se agir no seu próprio nome, ainda que o negócio seja de conta do mandante.
- d. ( ) Se o locatário empregar a coisa em uso diverso do ajustado, ou do a que se destina, ou se ela se danificar por abuso do locatário, poderá o locador, além de rescindir o contrato, exigir perdas e danos.
- e. ( ) Havendo prazo estipulado à duração do contrato, antes do vencimento não poderá o locador reaver a coisa alugada, senão ressarcindo ao locatário as perdas e danos resultantes, nem o locatário devolvê-la ao locador, senão pagando, proporcionalmente, a multa prevista no contrato.

## Direito do Trabalho

2 questões

**79.** Nos termos da CLT, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- b. ( ) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 horas semanais.
- c. ( ) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- d. ( ) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- e. (X) As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que o interesse de classe prevaleça.

**80.** Consoante as regras que disciplinam a relação de emprego, solidificadas pelo entendimento atual da jurisprudência, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. ( ) O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.
- b. ( ) É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
- c. ( ) A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.
- d. (X) Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa.
- e. ( ) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.





**FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos**  
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC  
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>